

***PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE  
AUDITORIA INTERNA  
PAINT***

**EXERCÍCIO DE 2016**

**Alfenas – MG**



## Conteúdo

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG .....	5
3. DA AUDITORIA INTERNA.....	8
3.1. Estrutura Atual.....	11
3.1.1. Recursos Humanos.....	11
3.1.2. Recursos Materiais e Sistemas Disponíveis.....	12
4. DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA E SEUS OBJETIVOS.....	12
a) Previsão da Receita Orçamentária 2016.....	22
b) Previsão da Despesa Orçamentária 2016 .....	24
4.1 Objetivos Fundamentados nas Ações Previstas para o Exercício .....	33
5. DESENVOLVIMENTO, CAPACITAÇÃO E FORTALECIMENTO DA AUDITORIA INTERNA.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
7. DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA.....	39
7.1. Cronograma Anual.....	39



## 1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT é o instrumento de planejamento que conterà a programação dos trabalhos da unidade de Auditoria Interna da entidade para um determinado exercício. O PAINT encontra-se fundamentado nas Instruções Normativas nº 07, de 29 de dezembro de 2006, da Controladoria - Geral da União (alterada pela IN nº 09, de 14 de novembro de 2007) e nº 01, de 03 de janeiro de 2007, da Secretaria Federal de Controle, consonante com as demais legislações pertinentes e de acordo com as atribuições definidas no Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000 (com as alterações dos Decretos nºs 4304, de 16 de julho de 2002 e 5.481 de 30 de junho de 2005).

Para a elaboração do PAINT, a unidade de Auditoria Interna leva em consideração os seguintes itens: os planos, as metas, os objetivos, os programas e as políticas gerenciados ou executados por meio da entidade a qual esteja vinculada; a legislação aplicável à entidade; os resultados dos últimos trabalhos de auditoria interna e os realizados pelo órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, Controladoria Geral da União – CGU, dos órgãos setoriais do mesmo Sistema e do Tribunal de Contas da União e ainda as diligências pendentes de atendimento a esses órgãos.

Para o exercício de 2016, na tentativa de se adequar a uma concepção de Auditoria Baseada em Risco – ABR, foi elaborado por esta Auditoria Interna, baseado no modelo idealizado e desenvolvido pela Universidade Federal do ABC, um trabalho buscando-se priorizar as ações a serem realizadas não somente com base nos elementos descritos acima, mas também levando em consideração os riscos inerentes a cada área sob a ótica do Gestor estratégico responsável por cada área, dos Gestores Táticos das mesmas áreas, assim como por esta Auditoria Interna. Assim sendo, com a adoção destas medidas, as ações a serem priorizadas para integrarem o PAINT/2016, além dos elementos de materialidade, relevância e criticidade



serão corroborados por uma matriz de risco elaborada dentro dos preceitos consagrados pelo COSO e amplamente utilizada pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Há de se ponderar, que para a elaboração do PAINT/2015, também foi elaborada uma matriz de risco, contudo levando-se em consideração apenas os gestores estratégicos de cada área da Instituição. Para o presente PAINT, foi adotada uma metodologia mais aprofundada, onde foram levados em consideração a ótica dos gestores táticos de cada uma das áreas envolvidas.

Posto isso, para a elaboração de um plano de auditoria mais sólido faz-se necessário o conhecimento do todo da Instituição, e também dos rumos e metas que serão adotados, pois o bom planejamento é aquele que se coaduna com os planos institucionais, de tal sorte que as ações de auditoria possam ser coordenadas e concomitantes com as da Instituição, o que proporciona um acompanhamento da execução das ações e programas de governo propondo, sempre que necessárias, ações corretivas para a melhoria da gestão. Com a utilização da ferramenta Tesouro Gerencial os cruzamentos e os acompanhamentos serão mais efetivos, ampliando, assim, os escopos de acompanhamento da execução orçamentária no decorrer do exercício.

A adoção de uma postura mais voltada à análise de riscos para a priorização das ações, conforme idealizada e fomentada pela Universidade federal do ABC e utilizada no presente plano, auxiliará a fomentar na instituição a cultura a Gestão de Risco, pois gestores cientes dos riscos de suas unidades poderão direcionar melhor os recursos aos controles internos de suas áreas, proporcionando tratamento mais adequado às possíveis dificuldades a serem enfrentadas no decorrer do planejamento traçado. Dessa forma, a compreensão dos riscos relacionados a cada atividade e a melhoria contínua nos controles internos resultará em um melhor funcionamento de todos os setores da Universidade, influenciando todo o processo de implantação de políticas de gestão na UNIFAL-MG.



## 2. DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG é uma Instituição Federal de Ensino Superior com sede e foro no município de Alfenas, Minas Gerais, fundada em 03 de abril de 1914 e federalizada pela Lei nº 3.854, de 18 de dezembro de 1960. A presente Instituição é vinculada ao Ministério da Educação e foi constituída sob a forma de Autarquia, em Regime Especial, por meio do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972. Posteriormente foi credenciada como Centro Universitário Federal, conforme Portaria nº 2.101, de 1º de outubro de 2001, do Ministro da Educação e transformada em Universidade pela Lei nº 11.154, de 29 de julho de 2005.

Como pessoa jurídica de direito público, caracterizada como Autarquia de Regime Especial e vinculada ao Ministério da Educação, a UNIFAL-MG, nos termos da lei, conta com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, de gestão financeira e patrimonial, regendo-se pela legislação federal vigente, por seu Estatuto, seu Regimento Geral, pelas resoluções e normas internas, bem como pelos seguintes princípios: I. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; II. liberdade de ensino, de pensamento e de ação; III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV. desenvolvimento integral da pessoa humana, visando à promoção do seu bem-estar físico, emocional e social; V. respeito à dignidade do homem e às suas liberdades fundamentais; VI. proscrição de tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceito de qualquer natureza; VII. fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; e VIII. conservação, difusão e expansão do patrimônio cultural.

Na consecução dos seus atos, a UNIFAL-MG tem por objetivos: formar pessoas para o exercício profissional nas diferentes áreas do conhecimento, aptas para a inserção nos diversos campos de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade; gerar programas e atividades permanentes de atualização de profissionais e pesquisadores; gerar programas e projetos de pesquisa e extensão para a ampliação do



conhecimento e para a melhor qualificação do ensino e das atividades didático-pedagógicas; realizar atividades de pesquisa, extensão e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, assim como à criação e difusão da cultura, de modo a desenvolver o entendimento do homem e do meio ambiente; pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos, ações e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas que realizar; contribuir para a elevação do nível de ensino em todos os seus graus e modalidades; participar ativamente da identificação, do estudo e da solução de problemas sociais e culturais, em nível nacional, regional e local, e estimular a integração entre discentes, docentes e servidores técnico-administrativos em educação; promover o sentimento de solidariedade entre as pessoas, buscando soluções para a melhoria da qualidade de vida do ser humano e de sua integração com o meio ambiente.

Para tanto, a UNIFAL-MG conta com a seguinte estrutura organizacional, a qual foi aprovada em 09 de abril de 2010, com a edição da resolução nº 004 do Conselho Universitário:

- I. Conselho Universitário (Consuni);
- II. Conselho de Curadores;
- III. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);
- IV. Conselho de Integração Comunitária (Cicom);
- V. Reitoria, seus órgãos de apoio e suplementares.

A Reitoria é integrada por:

- I. Reitor;
- II. Vice-Reitor;
- III. Pró-Reitoria de Graduação (Prograd);
- IV. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG);



- V. Pró-Reitoria de Extensão (Proex);
- VI. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace);
- VII. Pró-Reitoria de Administração e Finanças (Proaf);
- VIII. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe);
- IX. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan);
- X. Procuradoria Jurídica (Projur).

São órgãos de apoio da Reitoria:

- I. Gabinete;
- II. Secretaria Geral;
- III. Assessorias;
- IV. Comissões.

São órgãos suplementares da Reitoria:

- I. Biblioteca Central;
- II. Biotério;
- III. Departamento de Registros Gerais e Controle Acadêmico (DRGCA);
- IV. Museus;
- V. Núcleo de Divulgação e Difusão Cultural Científica;
- VI. Núcleo de Tecnologia de Informação;
- VII. Ouvidoria;



VIII. Campi Avançados;

IX. Unidades Acadêmicas.

A Auditoria Interna da Instituição, por possuir uma natureza diferenciada, foi tratada a parte no Regimento Geral da UNIFAL-MG, sendo inserida no Título V como sendo um órgão de assessoramento da gestão que possui dupla subordinação: hierárquica ao Consuni e técnica, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, atualmente representado pela Controladoria Geral da União - CGU, nos termos da legislação vigente, ficando sujeita às orientações e supervisão dos seus órgãos central e setorial.

Cabe-nos informar ainda que grande parte dos regimentos internos dos setores, os quais contemplarão, de forma mais abrangente e detalhada, suas competências e estrutura, já foram apresentados e devidamente aprovados pelo Conselho Universitário. Contudo, restam ainda algumas unidades que estão finalizando a elaboração dos seus regimentos e em breve apresentarão ao referido Conselho para aprovação.

Por fim, vale ressaltar que a UNIFAL-MG conta, atualmente, com três campi em pleno exercício, sendo um em Varginha-MG, um em Poços de Caldas-MG e o de Alfenas-MG que é composto pela Sede e pela Unidade Educacional II (Santa Clara). Nos três campi funcionam 33 cursos de graduação (30 presenciais e 03 à distância), 22 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (sendo 18 cursos de mestrado e 04 doutorados), além de 2 cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

### 3. DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da UNIFAL-MG é órgão técnico de assessoramento da gestão com subordinação hierárquica ao Conselho Universitário e técnica ao Órgão Central de Controle Interno do Governo Federal – CGU.





As ações de Auditoria são pautadas por técnicas e procedimentos específicos pré-estabelecidos por órgãos internacionais e adequados à realidade institucional mediante os programas e planos internos de auditoria. Na consecução de suas ações, a Auditoria Interna executa ações de natureza fiscalizatória, de avaliação, de controle, de monitoramento e de assessoramento dentro das seguintes áreas:

- a) Assessoramento da Gestão – papel fundamental da Auditoria Interna que deve ser vista como um órgão assessor e não meramente um órgão fiscalizador. Para tanto a Auditoria Interna atende, sempre que lhe é solicitado, à Reitoria e todos os seus órgãos, aos gestores das diversas áreas e às comissões de diversos assuntos, inclusive com relação aos processos administrativos disciplinares. Por estar vinculada diretamente ao CONSUNI, presta assessoramento direto ao mesmo sempre que solicitado, assim como aos demais Conselhos desta Instituição;
- b) Interlocução com os Órgãos de Controle – todos os assuntos advindos dos órgãos de controle, sejam eles interno (CGU e AECI/MEC) ou externo (TCU), são tratados diretamente com a Auditoria Interna, tendo em vista que este é o órgão interlocutor entre a gestão e os referidos órgãos de controle;
- c) Gestão Contábil e Financeira – área sensível da gestão e que produz informações acerca da execução direta dos recursos públicos. Para a presente área é feito um acompanhamento juntos aos sistemas oficiais, bem como checagem documental de pagamentos, sua execução e seus devidos registros;



- d) Gestão de Aquisições, Almojarifado e Patrimônio – áreas distintas que englobam atividades meio que propiciam o funcionamento da instituição. Nesta área é feito o acompanhamento dos processos licitatórios e dos respectivos contratos firmados pela Instituição através das análises dos controles internos e documentos dos setores responsáveis. Nesta área também é feita a análise das rotinas de recebimento de bens junto ao almojarifado, seu gerenciamento e armazenagem. É feita ainda a análise das rotinas internas quanto à gestão do patrimônio e sua devida interação com a contabilidade da Instituição;
- e) Gestão de Recursos Públicos (descentralização) – análise das rotinas internas de convênios, termos de parceria, contratos de gestão, contratos (abarcando aqui os contratos com a Fundação de Apoio), bem como de recursos que sejam geridos diretamente por alguns órgãos da Instituição tais como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG (verbas da CAPES), a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE (verbas do PNAES);
- f) Gestão de Pessoas – área que demanda maior conhecimento técnico face às peculiaridades inerentes a cada um dos assuntos. Abarca aqui a gestão da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, os processos de contratação, os controles de frequência e concessão de licenças, auxílios e benefícios, os programas de capacitação e qualificação de servidores e os processos de aposentadoria e pensões;
- g) Gestão Administrativa e de Resultados – análise acerca do cumprimento das metas e dos programas institucionais



previamente estabelecidos em consonância com a missão institucional. Engloba aqui o acompanhamento da execução orçamentária, por programa e ação, bem como o cumprimento dos indicadores de gestão. Abarca ainda o acompanhamento das rotinas diretamente ligadas à área finalística da Instituição, qual seja, o Ensino a Pesquisa e a Extensão.

### **3.1. Estrutura Atual**

A estrutura da Auditoria Interna da UNIFAL-MG foi delineada nos art.118/121 do Regimento Geral da UNIFAL e suas competências devidamente estabelecidas no seu regimento interno, o qual foi devidamente aprovado pelo Conselho Universitário através da resolução nº 022/2011 de 28 de abril de 2011.

#### **3.1.1. Recursos Humanos**

A Auditoria Interna da Unifal-MG, atualmente, é composta pelos seguintes servidores:

- Jeferson Alves dos Santos – Cargo Auditor, com formação em Direito e Pós - Graduado em Direito Processual, Direito Social e Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal e Mestre em Gestão Pública e Sociedade Pela Universidade Federal de Alfenas.
- Rodolfo Marques Grechi – Cargo Assistente em Administração, com formação em direito e Pós-graduado em Gestão Pública pela Faculdade Internacional Signorelli, polo Varginha-MG.
- Ivana Pereira Tibúrcio - Cargo Revisor de Textos, licenciada em Letras e Pós - Graduada em Metodologia da Educação.



Há de se informar, nesta oportunidade, que as ações de auditoria são realizadas pelos servidores Jeferson Alves dos Santos e Rodolfo Marques Grechi, sempre sob a coordenação do primeiro. Já os trabalhos de revisão de linguagem dos relatórios, bem como as atividades de apoio administrativo são realizados pela servidora Ivana Pereira Tibúrcio.

### **3.1.2. Recursos Materiais e Sistemas Disponíveis**

O setor de Auditoria Interna é composto pelo mobiliário mínimo necessário ao bom desenvolvimento das atividades de auditoria, sendo dotado de três computadores individualizados e interligados entre si e à Internet por meio de uma rede interna. Foi também disponibilizado um NET BOOK e um modem de acesso móvel à internet para viabilizar os trabalhos de campo, assim como o acesso às informações pertinentes quando dos deslocamentos a serviço. Com tais máquinas se tem acesso aos sistemas SIAFI, SIAFI GERENCIAL, SIASG, SIAPE, SIMEC e SCDP, sistemas do governo federal, bem como a toda a gama de informações disponibilizadas na rede mundial de computadores.

## **4. DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA E SEUS OBJETIVOS**

Para a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, exercício de 2016, além de observar toda a legislação pertinente, o Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI, a Proposta Orçamentária Anual, bem como as informações prestadas pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional acerca das metas e planos para o exercício de 2016, foi também utilizado um projeto de ação, idealizado e socializado pela Universidade Federal do ABC durante o 42º FONALtec, no intuito de se construir uma matriz de risco fundada nos preceitos de Auditoria Baseada em Risco. Tal fato se justifica diante da necessidade de se fortalecer o sistema de controle da Administração Pública Federal (APF),



através do estímulo à implementação de uma gestão de riscos e à utilização dos controles internos o que tem sido abordagem recorrente dos órgãos de controle, Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Assim sendo, basear as ações de auditoria conforme os riscos institucionais demonstra ser uma prática cada vez mais salutar, proporcionando uma melhor relação custo-benefício na aplicação dos recursos disponíveis às auditorias internas. Assim, a Auditoria Baseada em Riscos (ABR) atua como um mecanismo de avaliação dos riscos, cujo resultado esperado é a racionalização do planejamento de auditoria.

Assim sendo, Uma vez mensurados os riscos das unidades administrativas, foi construída uma Matriz de Riscos com a classificação das áreas segundo sua vulnerabilidade. O referido documento foi utilizado na elaboração deste Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para o exercício de 2016, tendo por base a análise dos riscos inerentes a cada um dos setores, corroborados com as prioridades presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional, assim como levando-se em conta o montante e a natureza dos recursos geridos por cada uma das áreas. Como fruto desta análise foi elaborada uma relação de áreas e processos, dentro de uma perspectiva de risco, para serem contemplados com os exames de auditoria para o exercício de 2016.

Posto isso, por meio da tabulação dos números obtidos das avaliações de riscos, foi possível se aferir um parâmetro sobre o grau de risco relativo de determinada unidade administrativa. A hierarquização desses riscos, porém, não pretende ser uma última posição para fins de planejamento, mas sim nortear a ação do auditor, constituindo-se em uma das fontes de informação que deverá ser por ele utilizada, levando-se em consideração que a aferição do grau de risco foi realizada com a participação dos gestores das áreas estratégicas analisadas.

A Matriz de Risco foi construída entre os dias 10/08/2015 e 20/10/2015 através da aplicação de questionários aos gestores estratégicos e



táticos responsáveis por 19 (dezenove) áreas administrativas da Instituição, quais sejam: a) Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD; b) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG; c) Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT; d) Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE; e) Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF; f) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE; g) Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLAN; h) Centro de Educação à Distância – CEAD; i) Direção do Campus de Poços de Caldas; j) Direção do Campus de Varginha; k) Ouvidoria; l) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI; m) Departamento de Registros Gerais e Controle Acadêmico – DRGCA; n) Agência de Inovação Tecnológica; o) Assessoria de Comunicação Social – ACS; p) Assessoria de Relações Interinstitucionais; q) Assessoria Especial de Procedimentos Disciplinares e Investigatórios; e r) Comissão Permanente de Vestibular – COPEVE.

Foram também aplicados questionários aos responsáveis pelas 11 (onze) unidades acadêmicas, quais sejam: a) Escola de Enfermagem; b) Faculdade de Nutrição – FANUT; c) Faculdade de Odontologia; d) Faculdade de Ciências Farmacêuticas – FCF; e) Instituto de Ciência e Tecnologia – ICT; f) Instituto de Ciências Biomédicas – ICB; g) Instituto de Ciências da Natureza – ICN; Instituto de Ciências Exatas – ICEX; Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICESA; e Instituto de Química – IQ.

No total foram aplicados questionários a 29 (vinte e nove) setores da Instituição. Além dos setores, foi também aplicado a dois dos servidores desta Auditoria Interna (aqueles que realizam as auditagens e têm conhecimento dos diversos setores da Instituição), questionário específico nos termos do programa anexo a este Plano de Auditoria.

Com a elaboração da Matriz de Risco, almejou-se subsidiar o planejamento dos trabalhos de auditoria, quando da elaboração do PAINT, na definição do escopo da análise e no direcionamento geral dos trabalhos;



contribuir para a análise da gestão; prover informações gerenciais; subsidiar a tomada de decisões; e promover um melhor conhecimento sobre o sistema de controle interno da UNIFAL-MG. Outro aspecto que merece destaque é o fato de que a avaliação de riscos permitirá também ao auditor, no momento do planejamento específico de cada ação do PAINT/2016, delinear um programa de auditoria capaz de identificar os pontos de controles e de avaliar sua eficiência e eficácia.

Das diversas formas existentes de classificar os riscos inerentes aos processos organizacionais da Instituição, a Auditoria Interna optou por utilizar um instrumento baseado em um questionário elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), convencionados de maneira a proporcionar amplitude e generalidade. Desse modo, o padrão de questões adotado permite sua aplicação junto aos gestores, a fim de que se conheça a magnitude do grau de risco relativo a cada área da UNIFAL-MG segundo a ótica da própria gestão. Assim, as questões foram elaboradas tendo em vista os cinco fatores de riscos previstos na metodologia COSO, quais sejam: ambiente de controle; avaliação de risco; procedimentos de controle; informação e comunicação; e monitoramento. Foram elaboradas 18 questões baseadas no questionário do TCU às quais foram atribuídos pesos iguais na avaliação.

Para a avaliação foi estabelecida uma legenda contendo quatro itens possíveis de resposta cuja pontuação varia de 0 (zero) a 3 (três), considerando as graduações da escala de Likert sem o elemento central. Assim, os pontos deverão ser atribuídos de acordo com a percepção do avaliador quanto à resposta apropriada para cada afirmação, tendo em vista as seguintes alternativas:

- (0) Concordo totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada;
- (1) Concordo em grande parte, mas não totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é



parcialmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada, porém, **em sua maioria**;

- (2) Não concordo em grande parte, mas não totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado ou válido no contexto da área avaliada, porém, **em sua minoria**; e
- (3) Não concordo totalmente: significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da área avaliada.

Almejando corroborar com a elaboração de uma matriz de risco mais coerente e menos enviesada, ao passo que somente foi aplicado o questionário nos responsáveis pelas referidas áreas, foi também elaborado um questionário mais técnico e este foi respondido pelos dois membros desta Auditoria Interna para cada uma das 29 áreas. Assim sendo, foram elaboradas 7 (sete) questões pertinentes à atuação da Auditoria Interna, com critérios de pontuação pré-definidos, podendo o somatório variar de 0 (zero) até 100 (cem). Com fundamento na Seção II do Capítulo VI do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as variáveis básicas utilizadas para a planificação dos trabalhos de auditoria e que constaram das referidas questões para os membros da Auditoria são: a) Materialidade – que leva em consideração o montante dos recursos orçamentos e financeiros envolvidos; b) Relevância – que considera a importância relativa ou o papel desempenhado por determinada questão, situação ou unidade; e c) Criticidade – que se refere aos elementos de vulnerabilidade ou riscos potenciais.

Uma vez respondidos os questionários os dados foram devidamente tabulados juntamente com aqueles obtidos com as respostas dos gestores. Para a obtenção da matriz final contendo o grau de risco ponderado sob a ótica dos gestores e da Auditoria Interna foi utilizada a seguinte metodologia:





- **Etapa 1:** Os valores atribuídos pelos gestores em nível estratégico e tático e pelos responsáveis pelas unidades acadêmicas foram convertidos em porcentagem do referencial máximo de pontuação, no caso, o grau 3 (três) multiplicado por 18 (dezoito), ou seja, pela quantidade total de afirmativas.

- **Grau de risco GESTOR (%) = (Total apurado x 100) / (18 x 3)**

- **Etapa 2:** Em seguida foi obtido o valor para cada uma das áreas mediante uma média simples, onde foi somado o percentual do gestor estratégicos e o resultado da média dos gestores táticos e dividido por dois.

**Grau de risco área (%) = (%Gestor Estratégico + %Gestores Táticos) / 2**

*\*Para a obtenção do percentual dos gestores táticos foi realizada a somatória dos percentuais obtidos nos questionários de cada um dos gestores táticos participantes de cada área e dividido pelo respectivo número de questionários considerados.*

- **Etapa 3:** Por sua vez, o procedimento de avaliação pela equipe da Auditoria Interna ocorreu com base nas questões específicas, sendo que o somatório alcançado com a análise do Auditor foi somado com o somatório alcançado pela análise do membro da equipe de apoio e o resultado dividido por 2 (dois), que representa o numero de indivíduos que responderam ao questionário. Há de se ponderar aqui que o total de pontos possíveis era 100, o que facilita a conversão do resultado para porcentagem, pois será o mesmo valor obtido em cada um dos questionários.

- **Grau de risco Audin (%) = (Valor do Auditor + Valor Equipe) / 2**

- **Etapa Final – Matriz de Risco:** Uma vez concluídas as etapas (1), (2) e (3), foi então calculada a média aritmética ponderada final:

- **Média final = ((Grau de risco da área (%) \* 4) + (Grau de risco Audin (%) \* 6)) / 10**

Ressalte-se que os pesos das avaliações foram atribuídos de acordo com as seguintes premissas:

- **Avaliação dos gestores (Área)** - obtida por entrevista conduzida pela Audin, pressupondo-se que ele não dispõe do embasamento teórico necessário para a atribuição de



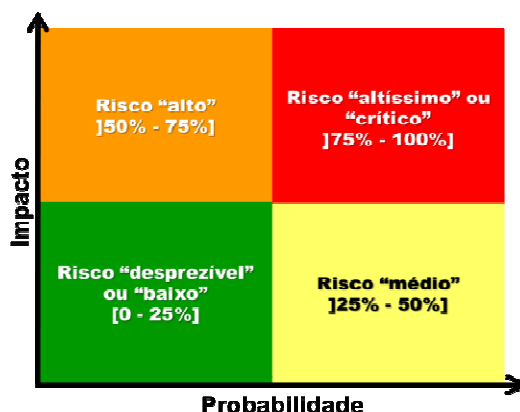
pontos sem auxílio. Portanto, vale **peso 4**, por vivenciar a rotina da atividade e considerar outros aspectos de um mesmo fato, embora não seja um especialista em controles internos; e

- **Avaliação do auditor** - vale **peso 6**, por ser um especialista em controle interno e por deter visão holística da instituição.

Dessa forma, a média aritmética ponderada possibilitará ordenar as áreas segundo o grau de risco, pois quanto maior for o percentual calculado, mais vulnerável será determinada unidade administrativa, exigindo, portanto, maior atenção aos processos sob a sua responsabilidade. Além disso, a matriz demonstrará se o grau de risco das áreas é baixo ou desprezível, médio, alto ou altíssimo (crítico).

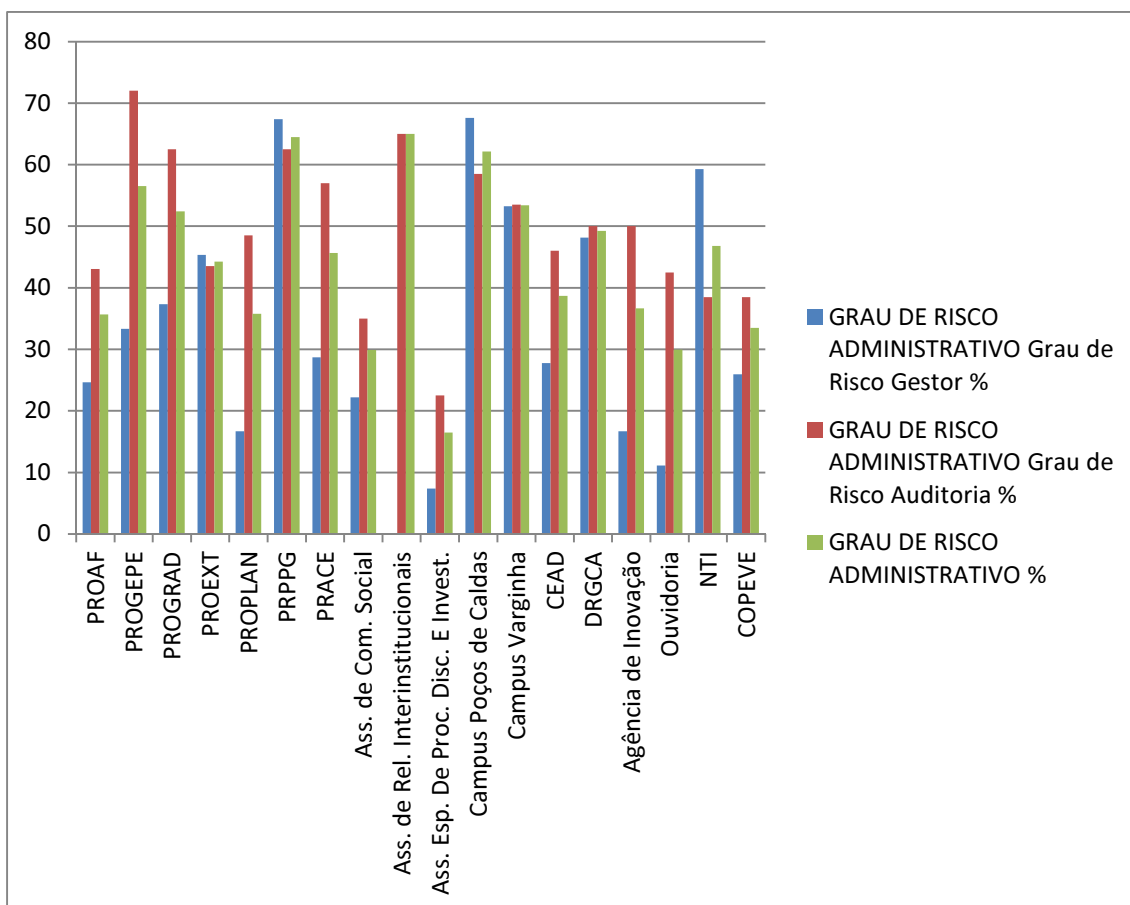
É pertinente salientar que, na teoria, a análise de determinado risco considera o impacto e a probabilidade associados ao evento específico, nos moldes dos eixos x e y de um plano cartesiano. Todavia, em razão da metodologia utilizada tratar da avaliação de fatores tais como ambiente, controles internos, informação, comunicação, optou-se pela utilização das gradações da escala de Likert, cujo aspecto também é mais simples e didático no julgamento das questões.

Sendo assim, o valor resultante da média ponderada das avaliações do gestor e da Auditoria Interna não foi posicionado nas coordenadas do plano cartesiano (probabilidade x impacto), mas sim classificadas as áreas do maior para o menor grau de risco, bem como adotada os intervalos e cores descritos no seguinte gráfico:

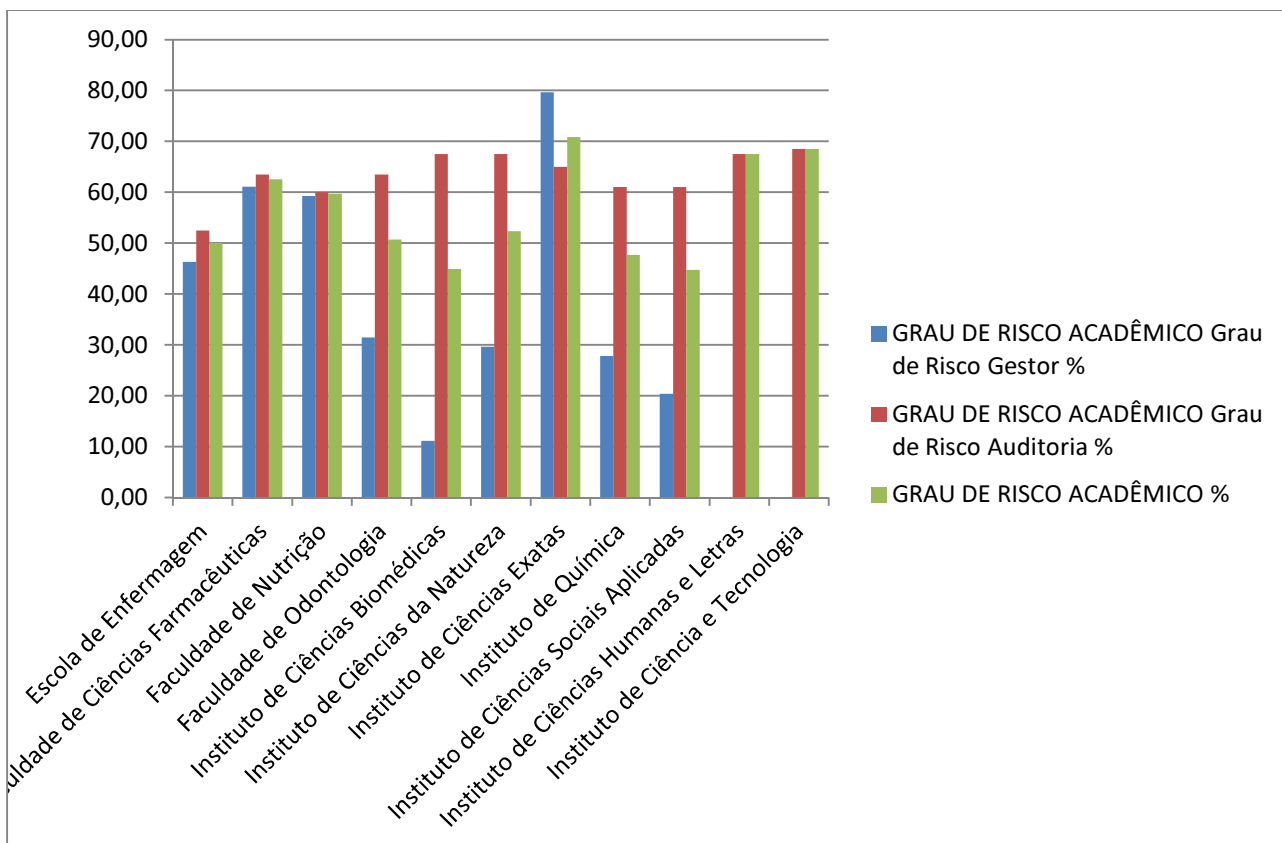


A seguir serão apresentados as tabelas e os gráficos que constituem a matriz de risco que foi ponderada por esta Auditoria Interna para a elaboração do PAINT/2016:

GRAU DE RISCO ADMINISTRATIVO			
Unidade Administrativa	Grau de Risco Gestor %	Grau de Risco Auditoria %	%
PROAF	24,66	43,05	35,69
PROGEPE	33,33	72,00	56,53
PROGRAD	37,35	62,50	52,44
PROEXT	45,37	43,50	44,25
PROPLAN	16,67	48,50	35,77
PRPPG	67,41	62,50	64,46
PRACE	28,70	57,00	45,68
Ass. de Com. Social	22,22	35,00	29,89
Ass. de Rel. Interinstitucionais		65,00	65,00
Ass. Esp. De Proc. Disc. E Invest.	7,41	22,50	16,46
Campus Poços de Caldas	67,59	58,50	62,14
Campus Varginha	53,24	53,50	53,40
CEAD	27,78	46,00	38,71
DRGCA	48,15	50,00	49,26
Agência de Inovação	16,67	50,00	36,67
Ouvidoria	11,11	42,50	29,94
NTI	59,26	38,50	46,80
COPEVE	25,93	38,50	33,47



GRAU DE RISCO ACADÊMICO			
Unidade Acadêmica	Grau de Risco Gestor %	Grau de Risco Auditoria %	%
Escola de Enfermagem	46,30	52,50	50,02
Faculdade de Ciências Farmacêuticas	61,11	63,50	62,54
Faculdade de Nutrição	59,26	60,00	59,70
Faculdade de Odontologia	31,48	63,50	50,69
Instituto de Ciências Biomédicas	11,11	67,50	44,94
Instituto de Ciências da Natureza	29,63	67,50	52,35
Instituto de Ciências Exatas	79,63	65,00	70,85
Instituto de Química	27,78	61,00	47,71
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	20,37	61,00	44,75
Instituto de Ciências Humanas e Letras		67,50	67,50
Instituto de Ciência e Tecnologia		68,50	68,50



Cabe-nos enfatizar que foram encaminhados questionários a 76 gestores (estratégicos e táticos) e destes 14 não responderam ao questionário, sendo 05 gestores estratégicos e 09 táticos. Posto isso, com relação à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o grau de risco do Gestor foi aferida apenas com relação a alguns Gestores Táticos que responderam ao questionário, pois a Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, o Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação e a Coordenadora de Pós-Graduação não responderam ao questionário. Com relação à Assessoria de Relações Interinstitucionais o grau de risco ponderado foi apenas o levantado por esta Auditoria, ao passo que o Assessor também não respondeu ao questionário. O mesmo fato ocorreu com relação ao Campus de Poços de Caldas, onde o Diretor também não participou da avaliação. Com relação às Unidades Acadêmicas, conforme se extrai do gráfico e da tabela, apenas os



Diretores do Instituto de Ciência e Tecnologia – ICT e do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL não enviaram os seus questionários devidamente preenchidos.

Além da análise de risco apresentada, onde foram ponderadas as manifestações dos gestores dos diversos setores e a análise da Auditoria Interna com base em critérios de materialidade, relevância e criticidade, foi também analisada a Proposta Orçamentária para o exercício de 2016. Assim sendo, extrai-se do Projeto e Lei Orçamentária Anual – PLOA, disponível no sítio da Câmara dos Deputados, que para o exercício de 2016 a previsão de despesas foi alocada em 04 (quatro) programas básicos, quais sejam: Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (programa 0910); Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação (programa 2109); Educação de qualidade para todos (Programa 2080); e Previdência de Inativos e Pensionistas da União (programa 0089). Foram previstos gastos na importância de R\$188.885.223,00 (cento e oitenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil e duzentos e vinte e três reais), alocados conforme a proposta orçamentária apresentada pela PROPLAN ao CONSUNI e que passamos a descrever:

#### a) Previsão da Receita Orçamentária 2016

Neste tópico são apresentadas as receitas previstas para o Orçamento de 2016, conforme consta na Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1. Previsão da Receita Orçamentária – 2016**

Item	Previsão de Receitas		
A	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 136.963.796,00	72,51%
B	Benefício aos Servidores	R\$ 6.423.540,00	3,40%
C	PASEP	R\$ 12.576,00	0,01%
D	Matriz OCC	R\$ 26.699.252,00	14,14%
E	Previsão de Recursos Próprios	R\$ 1.257.548,00	0,67%
F	Mais Médicos - Custeio	R\$ 1.475.496,00	0,78%



G	Mais Médicos - Capital	R\$ 655.067,00	0,35%
H	PDU – Plano de Desenvolvimento das Universidades - Custeio	R\$ 86.040,00	0,05%
I	PDU – Plano de Desenvolvimento das Universidades - Capital	R\$ 38.240,00	0,02%
J	Programa Consolidação - Capital	R\$ 6.011.096,00	3,18%
K	Reestruturação e Implantação - Custeio	R\$ 3.557.178,00	1,88%
L	Previsão do Programa Nacional de Assistência Estudantil + Programa INCLUIR	R\$ 5.672.184,00	3,00%
M	Inglês sem Fronteiras - Custeio	R\$ 14.580,00	0,01%
N	Inglês sem Fronteiras - Capital	R\$ 18.630,00	0,01%
<b>Total</b>		<b>R\$ 188.885.223,00</b>	<b>100,00%</b>

- A. Previsão realizada com base no Ofício-Circular N° 18/2015-GAB/SPO/SE/MEC de 12 de maio de 2015 (Anexo I do Processo), constantes do Anexo I e II do referido Ofício Circular e constante nesta Proposta Orçamentária.
- B. Previsão realizada com base no Ofício-Circular N° 18/2015-GAB/SPO/SE/MEC de 12 de maio de 2015 (Anexo I do Processo), constantes do Anexo III e IV do referido Ofício Circular e constante nesta Proposta Orçamentária.
- C. PASEP - Previsão com base no Projeto de Lei Orçamentária 2016 - PLOA 2016 do Módulo do Simec “SPO – Proposta Orçamentária”.
- D. Matriz OCC - Previsão com base no Projeto de Lei Orçamentária 2016 - PLOA 2016 do Módulo do Simec “SPO – Proposta Orçamentária”.
- E. Previsão realizada com base no módulo do Simec “SPO – Receitas Orçamentárias do SIMEC”.
- F. Recursos de custeio pactuados em função da implantação do curso de Medicina da UNIFAL-MG no ano de 2014.
- G. Recursos de investimento pactuados em função da implantação do curso de Medicina da UNIFAL-MG no ano de 2014.
- H. Previsão com base no Projeto de Lei Orçamentária 2016 - PLOA 2016 do Módulo do Simec “SPO – Proposta Orçamentária”.
- I. Previsão com base no Projeto de Lei Orçamentária 2016 - PLOA 2016 do Módulo do Simec “SPO – Proposta Orçamentária”.
- J. Recursos de investimento pactuados em função da Reestruturação e Implantação.
- K. Recursos de custeio pactuados em função da Reestruturação e Implantação.
- L. Recursos provenientes da Matriz PNAES para os programas institucionais de assistência estudantil. Previsão com base no Projeto de Lei Orçamentária 2016 - PLOA 2016 do Módulo do Simec “SPO – Proposta Orçamentária”.



- M. Previsão com base no Projeto de Lei Orçamentária 2016 - PLOA 2016 do Módulo do Simec “SPO – Proposta Orçamentária”.
- N. Previsão com base no Projeto de Lei Orçamentária 2016 - PLOA 2016 do Módulo do Simec “SPO – Proposta Orçamentária”.

Ressalta-se que para o ano de 2016 os recursos destinados à Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica e referentes aos projetos da UNIFAL-MG aprovados com recursos contemplados pelo edital PROEXT 2016 serão repassados por meio de descentralização de crédito.

### b) Previsão da Despesa Orçamentária 2016

A regra básica para elaboração do orçamento é estimar a receita e fixar a despesa. No tópico 1 foram estimadas as receitas. Neste tópico serão fixadas as despesas, para tanto, alguns conceitos utilizados na elaboração da Proposta Orçamentária serão descritos a seguir:

**Despesas Obrigatórias (DO):** O Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define as despesas obrigatórias de caráter continuado da seguinte forma: “Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios”. Neste contexto, no âmbito da UNIFAL-MG, as despesas de Pessoal Ativo e Inativo e Benefícios aos Servidores estão sob este regime.

**Despesas Vinculadas (DV):** são dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual com destinação definida para um objetivo específico. Exemplo: Assistência Estudantil com recursos da Matriz PNAES, recursos do Programa Incluir, PASEP, Inglês sem Fronteiras e PDU - Plano de Desenvolvimento das Universidades. Ressalta-se ainda que existem outras Despesas Vinculadas que não farão parte do orçamento de 2016, pois serão efetivadas por descentralização de créditos como a UAB, o PROEXT e a Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.

**Despesas Direcionadas (DD):** são dotações orçamentárias oriundas da Matriz de Alocação de Recursos do MEC por meio da chamada “Matriz Andifes” ou “Matriz OCC” que somadas às complementações e aos recursos próprios da UNIFAL-MG, direciona-se recursos para áreas específicas no âmbito Institucional e alocado em Subações Orçamentárias específicas dentre elas: Capacitação, Pesquisa, Pós-Graduação, Acervo Bibliográfico e Extensão. A partir de 2014 foram propostas duas novas subações referentes a Projetos Específicos da UNIFAL-MG, que são as Ações Culturais propostas pela PROEX e Ações de Sustentabilidade propostas pela PROEX e a PROPLAN por meio dos processos 23087.002748/2013-62 e 23087.004770/2013-47, respectivamente. A partir de 2016 uma nova demanda será adicionada no Orçamento da UNIFAL-MG, a DDQT - Qualidade de Vida no





Trabalho que consistirá na criação de programas que possibilitem aumentar a satisfação dos servidores por meio de melhoras na qualidade de vida desses servidores.

**Despesas Básicas (DB):** são aquelas despesas necessárias ao atendimento do funcionamento da Universidade. A atribuição dos valores previstos para o exercício subsequente é realizada por meio de coleta de dados junto às Pró-Reitorias e demais unidades da Universidade, e, também, pelo histórico retirado por meio de relatórios no SIAFI, SIMEC e no Balancete da Universidade, como por exemplo: Terceirização, Energia Elétrica, Água e Esgoto, Correios, Telecomunicação, Obras, Reformas, Materiais de Consumo, Transportes, dentre outros. Ressalta-se que duas novas demandas passaram a compor esse grupo de despesas: A DB33 referente ao Programa de Tutoria demanda pela PROGRAD e a DB34 referente às despesas com Marcas e Patentes demandadas pela Agência de Inovação – I9, apesar dessa demanda já existir, optou-se por separá-la a fim de facilitar o seu acompanhamento orçamentário.

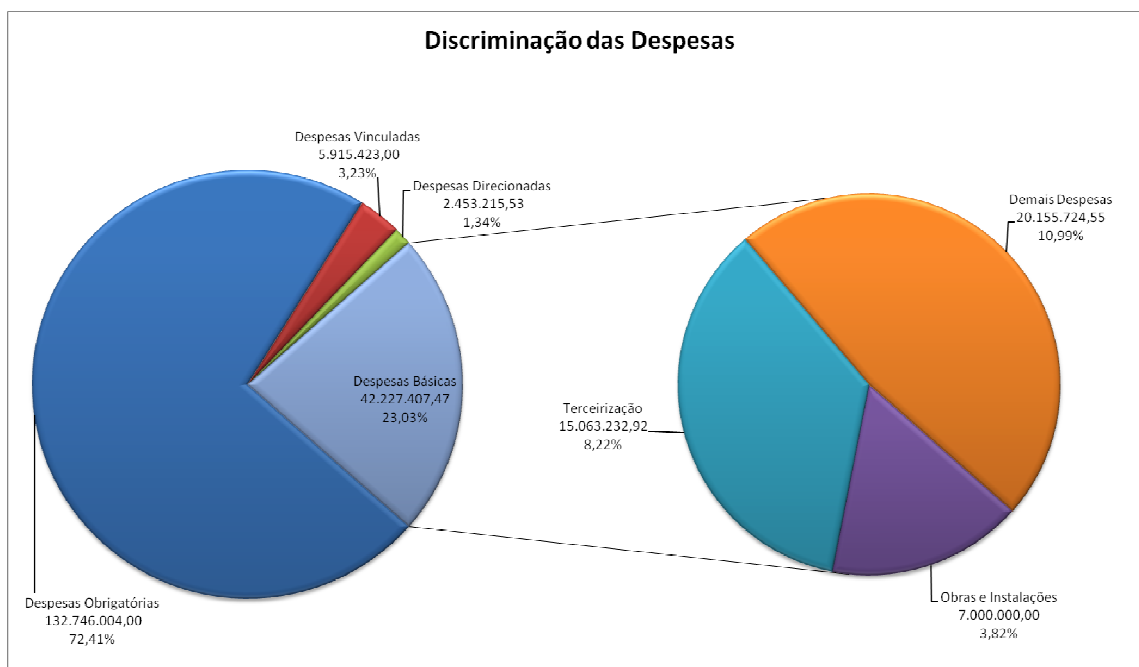




Tabela 2. Detalhamento da Previsão da Despesa Orçamentária – 2016

Subação	Descrição	2014			2015			2016		
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total
DO00	Despesas Obrigatórias com Pessoal Ativo e Inativo e Benefícios			<b>110.784.900,17</b>			<b>132.733.133,00</b>			<b>143.387.336,00</b>
DVEX	Edital do PROEXT	580.668,51	319.328,38	899.996,89	284.590,75	122.090,75	<b>406.681,50</b>			-
DVAE	Assistência Estudantil	4.693.014,00		4.693.014,00	5.052.935,00		<b>5.052.935,00</b>	5.602.791,00		<b>5.602.791,00</b>
DVIN	Matriz Programa Incluir	52.585,00	14.438,00	67.023,00	13.515,00	55.878,00	<b>69.393,00</b>	20.000,00	49.393,00	<b>69.393,00</b>
DVIF	Inglês sem Fronteiras				16.200,00	31.050,00	<b>47.250,00</b>	14.580,00	18.630,00	<b>33.210,00</b>
DVFC	Formação Continuada	267.501,00		267.501,00	339.164,00		<b>339.164,00</b>			-
DVDU	Programa de Desenvolvimento das Universidades - PDU							86.040,00	38.240,00	<b>124.280,00</b>
DDCA	Ação da Capacitação – Ação 4572	220.200,00		<b>220.200,00</b>	242.220,00		<b>242.220,00</b>	266.442,00		<b>266.442,00</b>
DDCA	Ação da Capacitação – Administração	63.920,00		<b>63.920,00</b>	65.000,00		<b>65.000,00</b>	71.500,00		<b>71.500,00</b>
DDCA	Ação da Capacitação - Proqualitae	100.000,00		<b>100.000,00</b>	200.000,00		<b>200.000,00</b>	200.000,00		<b>200.000,00</b>
DDPE	Ação da Pesquisa	361.336,00	186.822,60	<b>548.158,60</b>	429.954,60	173.019,86	<b>602.974,46</b>	402.974,46	260.297,45	<b>663.271,91</b>
DDFP	Ação da Pós-Graduação	147.904,00	192.530,60	<b>340.434,60</b>	100.000,00	274.478,06	<b>374.478,06</b>	168.000,00	243.925,87	<b>411.925,87</b>
DDFP	Ação da Pós-Graduação (Bolsas)	242.013,00		<b>242.013,00</b>	349.200,00		<b>349.200,00</b>	519.600,00	-	<b>519.600,00</b>
DDAB	Acervo Bibliográfico	36.810,00	407.486,60	<b>444.296,60</b>	67.964,95	376.331,65	<b>444.296,60</b>	42.248,40	252.897,00	<b>295.145,40</b>
DDEX	Extensão Universitária	340.434,60		<b>340.434,60</b>	374.478,06		<b>374.478,06</b>	406.925,87	5.000,00	<b>411.925,87</b>
DDAC	Ações Culturais		30.000,00	<b>30.000,00</b>	38.500,00		<b>38.500,00</b>	28.092,00	2.400,00	<b>30.492,00</b>
DDAS	Ações de Sustentabilidade	33.800,00		<b>33.800,00</b>	107.712,00		<b>107.712,00</b>	118.483,20	-	<b>118.483,20</b>



Subação	Descrição	2014			2015			2016		
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total
DDQT	Qualidade de Vida no Trabalho						70.526,70	74.510,00	145.036,70	
DB01	Gases Especiais, Biotério, LACEN e Clínica Odontológica -Fonte 250 e 112	445.045,00		445.045,00	500.000,00		500.000,00	945.029,37	945.029,37	
DB02	Terceirização	13.062.476,87		13.062.476,87	16.004.648,07		16.004.648,07	17.452.606,96	17.452.606,96	
DB03	Serviços Reprografia	117.000,00		117.000,00	117.000,00		117.000,00	120.000,00	120.000,00	
DB04	Diário Oficial	419.400,00		419.400,00	604.820,23		604.820,23	600.000,00	600.000,00	
DB05	Energia Elétrica	1.026.000,00		1.026.000,00	1.200.000,00		1.200.000,00	1.875.000,00	1.875.000,00	
DB06	Água e Esgoto	396.000,00		396.000,00	475.200,00		475.200,00	522.720,00	522.720,00	
DB07	Correios	99.792,00		99.792,00	120.000,00		120.000,00	132.000,00	132.000,00	
DB08	Empresa Brasil de Comunicação	184.500,00		184.500,00	280.000,00		280.000,00	280.000,00	280.000,00	
DB09	Combustíveis	308.000,00		308.000,00	385.000,00		385.000,00	285.820,00	285.820,00	
DB10	Manutenção de Equipamentos	360.000,00		360.000,00	400.000,00		400.000,00	440.000,00	440.000,00	
DB11	Veículos - Manutenção, seguros, pneus, locação, DPVAT, fretamentos, aquisição de veículos.	612.000,00	500.000,00	1.112.000,00	835.000,00	700.000,00	1.535.000,00	791.435,00	600.000,00	1.391.435,00
DB12	Telecomunicação	270.000,00		270.000,00	300.000,00		300.000,00	300.000,00		300.000,00
DB13	Diárias	508.500,00		508.500,00	559.350,00		559.350,00	559.350,00		559.350,00
DB14	Passagens	96.480,00		96.480,00	147.026,40		147.026,40	100.000,00		100.000,00
DB15	Colaborador Eventual							-		-
DB16	Material de Processamento de Dados	405.000,00	500.000,00	905.000,00	420.000,00	1.000.000,00	1.420.000,00	600.000,00	1.894.000,00	2.494.000,00



Subação	Descrição	2014			2015			2016		
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total
DB17	Material de Manutenção de bens Imóveis, Registro de Imóveis e Vigilância Monitorada	1.468.227,06	163.136,34	<b>1.631.363,40</b>	1.692.739,80	50.000,00	<b>1.742.739,80</b>	1.096.700,00	539.000,00	<b>1.635.700,00</b>
DB18	Bolsa Monitoria	300.000,00		<b>300.000,00</b>	300.000,00		<b>300.000,00</b>	420.000,00		<b>420.000,00</b>
DB19	Auxílio Alimentação Alunos - Subsídio	240.000,00		<b>240.000,00</b>	300.000,00		<b>300.000,00</b>	386.000,00		<b>386.000,00</b>
DB20	Restituições de Despesas Efetuadas	45.000,00		<b>45.000,00</b>	30.000,00		<b>30.000,00</b>	30.000,00		<b>30.000,00</b>
DB21	Despesas de Concurso Público, Processos Seletivos e Vestibular (EAD)	300.072,26		<b>300.072,26</b>	1.224.036,19		<b>1.224.036,19</b>	974.999,00		<b>974.999,00</b>
DB22	Estagiários	225.840,00		<b>225.840,00</b>	184.512,00		<b>184.512,00</b>	200.000,00		<b>200.000,00</b>
DB23	Locação de Imóveis e Registro de Imóveis (Registro de Imóveis Remanejado para DB17)	117.000,00		<b>117.000,00</b>						
DB24	Obras e Instalações		4.704.673,13	<b>4.704.673,13</b>		23.058.595,95	<b>23.058.595,95</b>		28.195.000,00	<b>28.195.000,00</b>
DB25	Equipamentos e Mobiliários		1.786.640,13	<b>1.786.640,13</b>		851.834,39	<b>851.834,39</b>		319.027,00	<b>319.027,00</b>
DB26	Reformas				1.119.825,00		<b>1.119.825,00</b>		858.256,00	<b>858.256,00</b>
DB27	Materiais Elétricos e Eletrônicos	675.000,00	90.000,00	<b>765.000,00</b>	841.500,00		<b>841.500,00</b>	750.000,00	100.000,00	<b>850.000,00</b>
DB28	Comunicação e Propaganda	49.500,00		<b>49.500,00</b>	49.500,00		<b>49.500,00</b>	49.500,00		<b>49.500,00</b>
DB29	Anuidades	20.000,00		<b>20.000,00</b>	30.000,00		<b>30.000,00</b>	40.000,00		<b>40.000,00</b>
DB30	Administração	887.345,00		<b>887.345,00</b>	1.052.771,00		<b>1.052.771,00</b>	1.087.592,04		<b>1.087.592,04</b>
DB31	Implantação Saúde		4.672.161,00	<b>4.672.161,00</b>		4.672.161,00	<b>4.672.161,00</b>		6.011.096,00	<b>6.011.096,00</b>
DB32	Programa Mais Médicos		545.889,00	<b>545.889,00</b>		1.091.778,00	<b>1.091.778,00</b>		2.130.563,00	<b>2.130.563,00</b>
DDMA	Matriz UA	<b>1.877.393,31</b>	<b>432.606,69</b>	<b>2.310.000,00</b>	<b>1.982.158,79</b>	<b>443.341,21</b>	<b>2.425.500,00</b>	<b>2.143.346,79</b>	<b>403.428,21</b>	<b>2.546.775,00</b>



Subação	Descrição	2014			2015			2016		
		Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital	Total
ADM0	Administrativo	346.500,00		<b>346.500,00</b>	363.825,00		<b>363.825,00</b>			
EE00	Escola de Enfermagem	55.245,00		<b>55.245,00</b>	61.207,84		<b>61.207,84</b>			
FAO0	Faculdade de Odontologia	250.690,17		<b>250.690,17</b>	181.779,99		<b>181.779,99</b>			
FCF0	Faculdade de Ciências Farmacêuticas	146.952,33	16.328,03	<b>163.280,36</b>	138.333,62	15.370,40	<b>153.704,02</b>			
FN00	Faculdade de Nutrição	36.926,51	4.102,83	<b>41.028,35</b>	26.466,40		<b>26.466,40</b>			
ICB0	Instituto de Ciências Biomédicas	225.827,82		<b>225.827,82</b>	233.047,99		<b>233.047,99</b>			
ICEX	Instituto de Ciências Exatas	10.000,00	130.264,78	<b>140.264,78</b>	10.000,00	134.652,15	<b>144.652,15</b>			
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras	65.000,00	88.285,81	<b>153.285,81</b>	70.000,00	95.887,41	<b>165.887,41</b>			
ICN0	Instituto de Ciências da Natureza	150.467,43		<b>150.467,43</b>	129.410,33		<b>129.410,33</b>			
IQ00	Instituto de Química	58.381,68	25.020,72	<b>83.617,92</b>	60.756,04	26.038,30	<b>86.794,34</b>			
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	51.514,13	77.271,19	<b>128.785,32</b>	71.392,94	71.392,94	<b>142.785,88</b>			
ICT0	Instituto de Ciência e Tecnologia	231.922,38	91.333,33	<b>323.255,71</b>	272.113,64	100.000,00	<b>372.113,64</b>			
RESV	Reserva Técnica	248.172,65		<b>248.172,65</b>	363.825,00		<b>363.825,00</b>			
<b>Total</b>		<b>31.655.757,61</b>	<b>14.545.712,47</b>	<b>6.201.470,08</b>	<b>8.703.954,37</b>	<b>33.033.126,34</b>	<b>71.737.080,71</b>	<b>40.200.302,79</b>	<b>41.995.663,53</b>	<b>82.195.966,32</b>



A Tabela 2 detalha a previsão de despesa para o exercício de 2016, logo será detalhada a origem dos valores:

**Despesas Obrigatórias (DO):** A previsão de despesas obrigatórias, que são as despesas com pessoal ativo, inativo e benefícios aos servidores, foi projetada por meio dos Anexos I, II, III e IV do Ofício-Circular N° 18/2015-GAB/SPO/SE/MEC de 12 de maio de 2015. Foi enviada a projeção de R\$ 136.9637,96 para despesas de pessoal e R\$ 6.298.672,00 para despesas com Benefícios aos servidores, perfazendo um total de **R\$ 132.732.842,00**. Estes valores geralmente igualam a previsão de receita com as despesas por tratar-se de despesas de caráter obrigatório e, caso haja necessidade de créditos adicionais para fazer frente às novas despesas, são solicitados em momentos específicos no decorrer do exercício financeiro de 2016. Ressalta-se que esse valor veio na proposta R\$ 124.868,00 acima do que havia sido previsto e enviado à SPO destinado ao benefício de Assistência Médica.

**Despesas Vinculadas (DV):** As despesas vinculadas contemplam as despesas do Programa Nacional de Assistência Estudantil juntamente com o Programa INCLUIR, com previsão de recursos da ordem de R\$ 5.672.184,00; as despesas com PASEP no valor de R\$ 12.576,00; o Programa Inglês sem Fronteiras no valor de R\$ 33.210,00 e, por fim, o PDU Internacional no valor de R\$ 124.280,00, perfazendo um total de **R\$ 5.829.674,00**, que serão aplicados para as finalidades ao qual está vinculada. Ressalta-se que os recursos do Programa de Formação Continuada da Educação Básica e do Edital do PROEXT 2016 não virão no Orçamento da UNIFAL-MG em 2016, mas virão por meio de descentralização de créditos.

**Despesas Direcionadas (DD):** As despesas direcionadas tradicionalmente são aquelas constantes nas subações de Capacitação (DDCA), Pesquisa (DDPE), Pós-Graduação (DDFP), Extensão (DDEX) e Acervo Bibliográfico (DDAB), sendo R\$ 537.942,00, R\$ 663.271,92, R\$ 411.925,87, R\$ 411.925,87e R\$ 295.145,40 respectivamente. A Matriz de Custeio das Unidades Acadêmicas também fazem parte das despesas direcionadas – DDMA o valor destinado para o seu atendimento é de R\$ 2.546.775,00.

Outra subação que a UNIFAL-MG vem mantendo no decorrer dos anos é a de concessão de uma bolsa para cada curso *Stricto Sensu*. De acordo com a previsão de cursos enviada pela PRPPG para 2016 e os valores da Capes para as referidas bolsas, há uma previsão nesta subação (DDFP-Bolsas) de despesas da ordem de R\$ 519.600,00. Estas bolsas são pagas com recursos diretamente arrecadados, ou seja, os recursos próprios da UNIFAL-MG. Entram na Proposta para 2016 os dois itens criados em 2014: “Ações Culturais” (DDAC), proposta pela PROEX e Ações de Sustentabilidade (DDAS) proposta pela PROEX e PROPLAN e uma nova demanda proposta em 2015 pelo Centro Integrado de Atendimento ao Servidor (CIAS), a subação DDQT referente ao programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

Ressalta-se que a Subação de Capacitação DDCA foi dividida em três partes, a Capacitação sob a gestão da Progepe no valor de R\$ 266.4420,00, a segunda parte de R\$ 200.000,00 demandados exclusivamente para o atendimento do PROQUALITAE, e R\$ 71.500,00 para atender as demandas de capacitações administrativas dos servidores para participação em eventos, como por exemplo, a “Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas”, “Curso de Pregoeiros” e capacitação dos



servidores do NTI que ocorre em todos os anos. A demanda total com as Despesas Direcionadas ficou em **R\$ 5.680.597,95**

**Despesas Básicas:** Foram atribuídas como Despesas Básicas todas aquelas com o código “DB” na Tabela 2 – “Detalhamento da Previsão da Despesa Orçamentária – 2015”. São as despesas de funcionamento, manutenção, e, também todas as obras incluídas na demanda enviada/pactuada com o MEC. As despesas básicas, portanto, totalizaram em **R\$ 70.685.694,37**.

Das despesas mencionadas, verifica-se que grande parte delas se dá com a área de pessoal. Assim, à luz do critério orçamentário, verifica-se que a área de Gestão de Pessoas é a que representa maior relevância e merece atenção especial para o próximo exercício. Além do aspecto orçamentário, a PROGEPE apresenta um grau de risco considerável, ao passo que para a Auditora o grau de risco é de 72%, o que pressupõe um grau alto de risco. Mesmo se considerarmos a média ponderada (considerando-se o posicionamento do Gestor), o resultado da PROGEPE é 56,53%, o que a coloca em uma situação de análise necessária, ainda mais tendo em vista a representatividade do orçamento gerido por ela. Contudo, como grande parte das rubricas são automáticas pelo sistema, as análises serão feitas por amostragem quando da realização dos trabalhos de auditoria e durante todo o ano através de checagem da consistência da folha de pagamento no SIAPE mensalmente e espelhada no RAINTE.

Outras duas áreas que historicamente apresentam grande relevância, orçamentariamente falando, e que também merecem destaque é a gestão da contratação de locação de mão de obra e obras e instalações, que juntas representam fatia considerável do orçamento institucional.

Outro aspecto interno que merece destaque é a alocação de parcela dos recursos para as respectivas Unidades Acadêmicas, tendo por base o indicador do aluno equivalente. Essa distribuição pauta-se em critérios qualitativos, eficientes e equitativos com inserção gradativa de indicadores técnicos que retratam as características e demandas das diversas unidades, relacionando fatores como dimensão, necessidade e produtividade.



O modelo proposto internamente nos últimos exercícios, tendo como base o aluno-equivalente e abrangendo os fatores dimensão (medida pela quantidade de alunos matriculados em cursos novos e alunos diplomados para cursos estáveis), necessidade (medida pelo peso de curso atribuído) e produtividade (medida pelo número de diplomados e matriculados) tem se consolidado e é novamente utilizado como base nesse exercício.

Tais aspectos coadunam-se à necessidade de se realizar auditorias mais operacionais ligadas à área fim da instituição. Assim sendo, corroboradas com o resultado apresentado pela matriz de risco, para o PAINT/2016 propõe-se a inclusão de ações nas áreas da PROGRAD e da PRPPG, as quais estão diretamente ligadas à área acadêmica e apresentaram graus de risco elevados segundo as médias ponderadas, 52,44% e 64,46% respectivamente.

Além do resultado apresentado pela Matriz de Risco e o critério orçamentário, foram observadas as demandas da CGU, os apontamentos do TCU dirigidos diretamente a esta Instituição e a jurisprudência firmada pela referida corte de controle externo. Também foram consideradas as recomendações, solicitações e notas técnicas emitidas internamente por esta Auditoria Interna, além das demandas internas de diversos setores, assim como da própria Reitoria para o desenvolvimento do plano em consonância às expectativas institucionais.

De posse dos resultados da matriz de risco e das informações mencionadas, foi feito um mapeamento das ações possíveis dentro dos planos e da capacidade de atuação da Auditoria Interna para o exercício de 2016. Cabe ressaltar, ainda, que quando da realização de cada atividade prevista no PAINT, é elaborado um Programa de Auditoria, onde é realizada nova análise de risco para a escolha dos documentos e informações a serem cheçadas dentro do escopo previamente estabelecido neste Plano. Salienta-se, ainda, que os escopos estabelecidos podem sofrer alterações tendo em vista informações e fatos posteriores ao seu estabelecimento que serão devidamente ponderados quando da elaboração dos programas de auditoria específicos.





#### 4.1 Objetivos Fundamentados nas Ações Previstas para o Exercício

Para a realização das atividades previstas, a execução dos trabalhos será norteadada pelas seguintes metas:

- Acompanhamento e Análise dos indicadores de Gestão da UNIFAL-MG decorrentes do impacto que ainda advém da implantação dos Projetos de Expansão e do REUNI nas atividades fins da Instituição, uma vez que ainda estão sendo contratados servidores, técnicos administrativos e docentes, bem como estruturando alguns cursos já implantados e a previsão da implantação do Curso Medicina para o exercício de 2015;
- Avaliação da eficiência dos Controles Internos Administrativos existentes e o grau de segurança por eles oferecido, tendo em vista os preceitos de Auditoria Baseada em Riscos, com observância da:
  - aplicação dos recursos públicos;
  - cumprimento das metas e objetivos traçados;
  - proteção do patrimônio da Universidade;
  - constatação de que as Normas Internas e Legislação inerentes ao setor público estão sendo observadas pelos diversos setores da Universidade.
- Adoção de procedimentos com vistas a obter correções tempestivas de impropriedades e/ou irregularidades constatadas no decorrer da realização das atividades de Auditoria;



- Apresentação de sugestões de melhoria após a execução dos trabalhos, de forma a racionalizar procedimentos e aprimorar os controles existentes, bem como a implantação, caso não haja;
- Avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à eficácia, eficiência, efetividade, economicidade e equidade.

No intuito de viabilizar a consecução de todas as referidas ações, além dos períodos especificados para cada uma das ações a serem implementadas por esta Auditoria Interna, foram separadas 224h, o que equivale a 28 dias úteis (de 01 a 08/04, 30/05 a 03/06, 04/07 a 08/07, 05 a 06 e 08 a 09/09, 1 a 4/11 e 26 a 30/12), para reserva técnica. Essa reserva técnica será utilizada como ferramenta para adequação do cronograma em caso de demandas internas, assim como para a realização das atividades corriqueiras tais como a análise de mensagens, acórdãos, resenhas, dentre outros documentos. Justifica-se, também, a reserva técnica do final do ano, pelo fato de ser o período em que estão sendo preparadas as solicitações das informações que integrarão o Relatório de Auditoria Interna – RAINIT referente àquele exercício.

## **5. DESENVOLVIMENTO, CAPACITAÇÃO E FORTALECIMENTO DA AUDITORIA INTERNA**

O aprimoramento institucional e fortalecimento das atividades de Auditoria Interna na Instituição são de fundamental importância para a consecução das suas atividades nas respectivas áreas de atuação. Tal aprimoramento se dará com a viabilização da participação dos servidores lotados no setor nos Fóruns Nacionais dos Auditores Internos das Instituições Federais Vinculadas ao MEC - FONAITecs, os quais propiciam a troca de experiências e agregam novos conhecimentos uma vez que, constantemente, estão sendo tratados temas de relevante importância para a área.



Dentro de uma concepção de aprimoramento das rotinas internas interessante seria a participação da Auditoria Interna no Congresso Brasileiro de Governança e Controle Público, realizado na cidade de Foz do Iguaçu, bem como a participação em outros eventos e treinamentos tais como a Semana de Administração Orçamentária, Financeiro e de Contratações Públicas, Congresso Nacional de Pregoeiros, que ocorre na cidade de Foz do Iguaçu, dentre outros correlatos à área de atuação dessa Auditoria Interna os quais propiciariam uma otimização da atuação dos servidores no sentido de agregar valores à Instituição.

Ainda tendo em vista aprofundar e dar continuidade à implantação da Auditoria Baseada em Riscos, é necessário que seja disponibilizado curso específico sobre o assunto, assim como à Gestão de Risco, cursos estes disponíveis e que serão apresentados quando liberado o cronograma para o exercício de 2016.

No tocante ao fortalecimento do Setor de Auditoria Interna faz-se necessária a disponibilização de treinamentos envolvendo os sistemas DW SIASG e de pessoal, bem como outros relacionados à área de atuação do Auditor, os quais viabilizarão uma atuação mais efetiva e eficiente do setor.

Com relação à estrutura desta Auditoria Interna há de se ponderar o relatado no item 3 deste Plano, qual seja, as áreas de atuação desta Auditoria Interna. Verifica-se que a Auditoria Interna deve atuar em todas as áreas da Instituição, sejam áreas meio ou fim, o que, além de conhecimentos específicos, demandam força de trabalho. Cada ano que passa mais tem sido exigido das Auditorias Internas pelos órgãos de controle, bem como internamente pela alta gestão da Instituição, tendo em vista o papel importante de assessoramento deste órgão. Conforme relatado anteriormente, além do assessoramento a toda Instituição e, principalmente, ao CONSUNI (órgão de sua vinculação), a Auditoria Interna também deve cumprir seu papel de fiscalização e avaliação das rotinas internas das diversas áreas institucionais, assim como realizar a interlocução direta com os órgãos de controle – papel este que vem se ampliando com a política de gestão de risco e governança adotada pelo TCU, onde a interlocução direta tem sido recomendada que seja feita



pela Auditoria Interna. Como forma de se organizar internamente os trabalhos, as ações de auditoria foram setorizadas em 05 grandes áreas conforme demonstrada no item 3, quais sejam: Gestão Contábil e Financeira; Gestão de Aquisições, Almoxarifado e Patrimônio; Gestão de Recursos Públicos (descentralização); Gestão de Pessoas; e Gestão Administrativa e de Resultados. Tais áreas englobam todas as ações institucionais desde a área meio até a finalística, qual seja, o ensino a pesquisa e a extensão. Mister enfatizar que além de ações em todas estas áreas, a Auditoria Interna deve exercer sua função primordial de assessoramento da gestão, acompanhar e emitir parecer sobre as prestações de contas anuais, bem como exercer a gestão interna do setor através da realização do planejamento das atividades anuais (PAINT), o desenvolvimento dos programas e planos de auditoria, atualização dos check-lists, acompanhamento do cumprimento das recomendações internas desta Auditoria interna e externas dos órgãos de controle, atualização da matriz de risco e prestar conta de todas as ações através da elaboração do RAINT (documento complexo que além da prestação de contas sobre as ações de auditoria realizadas no ano, ações estas previstas ou advindas de demandas internas ou externas, deve ainda realizar uma análise gerencial sobre a gestão da Instituição como um todo), ações estas que vem sendo cada vez mais cobradas pela Controladoria Geral da União e vem sendo objeto de auditorias específicas pelo referido órgão.

Além de todo o exposto, tem sido exigido que a Auditoria Interna aprimore suas rotinas internas de tal sorte que busquem implantar auditorias mais técnicas nas áreas operacionais e finalística, assim como buscar a profissionalização dos trabalhos da Auditoria no intuito de subsidiar possíveis trabalhos dos órgãos de controle evitando-se, assim, retrabalhos. Além do mais, tem-se exigido um foco mais profissional também com relação aos aspectos do risco inerente e da governança.

Assim sendo, tendo em vista a relevância das ações da competência deste órgão, assim como a complexidade e amplitude das demandas, fica quase impossível um efetivo atendimento de tais exigências com a estrutura atual. O ideal



seria que cada uma das 05 (cinco) grandes áreas ficassem a cargo de um Servidor e as ações de gerenciamento do setor, controle e revisão de todas as áreas, o desenvolvimento dos programas, planos e projetos ligados à área de Auditoria, assim como a interlocução com os setores desta Instituição e com os órgãos de controle ficassem com o Auditor Chefe.

Posto isso, o ideal seria que além da estrutura já existente, fosse destinado a este setor mais 05 servidores, preferencialmente do cargo de Auditor ou com formação e competências equivalentes (contador, economista, dentre outros). É cediço que a defasagem de pessoal técnico administrativo é grande e que várias, senão todas as áreas da Instituição estão demandando força de trabalho. Contudo, as ações de Auditoria gozam de uma natureza peculiar e que implicam diretamente na boa gestão da Instituição, que é o assessoramento. Atualmente, para darmos conta do trabalho, tem sido priorizados os trabalhos de tal sorte que nem todas as áreas mencionadas acima são abarcadas. Além do mais, das ações realizadas, os escopos são estabelecidos com menos profundidade, face a carência de força de trabalho, sem contar o fato de que para realizar todo o papel de assessoramento que foi demandado neste exercício de 2015, por exemplo, deixou-se de cumprir todo o planejado para o exercício. As ações de planejamento interno, tais como a elaboração de programas e planos também encontram-se aquém da complexidade ideal, face à falta de tempo e pessoal para se realiza-las. Assim, para uma real estruturação do setor, conforme vem sendo exigida em diversos acórdãos do TCU (dos quais convido a todos a analisar os Acórdãos 1612/2013 e 821/2013), a alta gestão da Instituição deve olhar com bons olhos este setor e compreender que com 01 auditor e 01 assistente em administração, por mais capacitados que sejam e mais boa vontade que tenham, acabam por deixar a desejar em alguns aspectos. Destarte, solicitamos que seja aprovado por este Conselho e envidado esforços pela gestão no sentido de se sanar as demandas de força de trabalho desta Auditoria através da solicitação junto aos órgãos competentes das 05 vagas demandas. Enquanto não sejam atendidas com a nomeação dos Auditores, que sejam destinados a este setor, de



forma provisória e paliativa, servidores que possam ampliar a força de trabalho do mesmo.

Ainda com relação a atuação da Auditoria Interna, vem sendo demandada das diversas unidade de Auditoria Interna pelo país a adoção de sistema informatizado de controle e gerenciamento das atividades de Auditoria Interna. Assim sendo, será solicitada a elaboração de sistema específico para esta Auditoria Interna almejando a otimização e a racionalização das atividades desta Auditoria.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do exercício, as atividades e o cronograma de execução dos trabalhos poderão sofrer alterações em função de algum fator que inviabilize a sua realização na data estipulada, tais como: trabalhos especiais, treinamentos (cursos e congressos), atendimento ao Tribunal de Contas e Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais, assim como atividades não previstas.

Vale ressaltar a necessidade da capacitação e do fortalecimento da unidade de Auditoria Interna de tal sorte que a mesma possa desempenhar suas atividades de forma otimizada. Assim sendo, além da viabilização de treinamentos do DW SIASG e de pessoal e dos relacionados no item anterior, também seria interessante a viabilização da participação dos servidores em cursos de qualificação, tais como especializações, mestrado e doutorados nas áreas correlatas.

Ressalta-se ainda que é imprescindível a participação deste Setor de Auditoria Interna nas duas edições do Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação – FONAITec/MEC, sendo que tais eventos são oportunidades exclusivas para os auditores compartilhar experiências, interagir com as demais Auditorias Internas, bem como adquirir informações específicas do trabalho e de interesse da Instituição. Tal fato qualifica e atualiza seus servidores, uma vez que tais participações tendem a otimizar o



desempenho do setor através do aperfeiçoamento de métodos e técnicas de auditoria tornando suas atividades de assessoramento, conseqüentemente, mais eficazes e eficientes.

Por fim, cabe ressaltar a importância de se aprovar neste Conselho, ao qual a Auditoria Interna esta vinculada, a ampliação da força de trabalho como forma de se otimizar os trabalhos de auditoria, através da ampliação do escopo das auditagens, bem como de um assessoramento mais eficiente às demandas de toda a Administração, assim como deste conselho.

## 7. DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

### 7.1. Cronograma Anual

O cronograma das atividades previstas para o exercício de 2016 contendo todos os requisitos previstos pelo art. 2º da Instrução Normativa nº 01/2007 da Secretaria Federal de Controle Interno, encontra-se anexo.

Alfenas, 29 de outubro de 2015.

**Jeferson Alves dos Santos**  
Matrícula SIAPE nº1555750  
Auditor Chefe da UNIFAL-MG